

Turismo sofrerá uma quebra de 80% e arrastará muitas empresas para um cenário dramático

Economia açoriana pode ter este ano perda em todos os sectores de actividade na ordem dos 800 milhões de euros

Os parceiros sociais (do Comércio e Indústria dos Açores, a Federação Agrícola dos Açores e a União Geral dos Trabalhadores – Açores e AICOPA), entendem que para ajudar as empresas neste tempo pandémico é necessários que os governo tenham um pacote de medidas capaz de evitar o descalabro económico, as quais passam, não só pelo Executivo açoriano, mas também pela solidariedade nacional, como fez aquando do Furação Lorenzo, e europeu, neste caso, com uma fatia do que couber ao todo nacional.

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (CCIA), a Federação Agrícola dos Açores (FAA) e a União Geral dos Trabalhadores – Açores (UGT-A) a que se associou como parceiro a AICOPA no quadro de pandemia de Covid-19, que a Região e o país atravessam, traçaram um quadro negro para a economia açoriana, com grande perda de receitas para as empresas, com forte quebra nas exportações e um cenário apocalíptico para o Turismo, que perde cerca de 80% de todo o seu movimento. Em 2019 o Turismo deu um contributo à economia açoriana na ordem dos 570 milhões de euros. Atendendo ao que já aconteceu até agora, considerando o prolongamento do Estado de Emergência e o que está a acontecer nos mercados internacionais, nomeadamente os dos EUA e europeu, “só aqui temos mais de 400 milhões de euros de valor acrescentado que desaparece da nossa economia”, realça o representante dos patrões. Os outros segmentos da economia também vão cair mas ainda não há números das quebras evidenciadas. Nesta revisão, e apenas com previsões, a estimativa dos parceiros sociais é de que a nível nacional haverá uma quebra de 10% no PIB, mas a realidade açoriana, pela sua especificidade e dependência do transporte aéreo, chegará provavelmente aos 20%. Falando em números, isso pode traduzir-se em perdas na ordem dos 860 milhões de euros, e claro, se ficar pelos 10%, falar-se-á de metade desta verba. No entanto, lembra o representante dos empresários, que a realidade açoriana não é só Turismo. Nota-se impacto noutras indústrias que são arrastadas e ainda é difícil prever o que vai acontecer, embora já se verifique quebras acentuadas nas Pescas que perderam o seu mercado de exportação, pela falta dos transporte aéreo, e grande parte do seu mercado interno, pelo encerramento do sector da restauração. “São efeitos colaterais muito importantes e que não podem ser desconsiderados”. Certo é, como refere o representante dos patrões, sendo a economia açoriana assente em actividades que exigem o transporte aéreo, é natural que seja mais afectada que a nacional, por isso é muito importante, que os governos nacional e regional não permitam que as empresas colapsam. Até porque, segundo Mário Fortuna, já se notam impactos que são transversais a vários sector que nem associaríamos a o Turismo, mas que não sendo do Turismo, como são as padarias, são arrastadas pelo que acontece no Turismo. Assim sendo, em estimativa, estamos a falar de valor perdido na ordem dos 800 milhões de euros ao longo deste ano. Outras aborda-

gens levam os parceiros sociais a prever que possa haver alguma recuperação económica após esta pandemia, mas também há que ter em conta que isso acontecerá num cenário com muito desemprego.

Na conferência de imprensa, via skype com os parceiros e jornalistas, Mário Fortuna, falou de um novo paradigma que se vive neste 2020 face ao que a parceria tinha como base 2019, depois de terem em conjunto lançado um manifesto para em tempo de Covid-19 revisitarem os princípios e as medidas que vêm sendo propostas sempre sob o mesmo lema – a Sustentabilidade do Emprego com base na Competitividade. E embora mantenham o paradigma de que a via mais segura para a economia, com todas as consequências positivas que traz à sociedade, deve assentar na dinâmica e dinamismo da iniciativa privada, porque os nossos governos já estavam sobejamente endividados e não há condições para um maior protagonismo estrutural do Estado na economia portuguesa e o mesmo em relação à economia açoriana. Contudo, devido à existência do coronavírus que paralisa por parte da economia, têm de ser tomadas medidas excepcionais para um tempo também ele excepcional.

Entendem os parceiros sociais que deve haver uma ampliação extraordinária do orçamento público para a implementação das medidas de mitigação da Covid-19, e neste âmbito defendem que deve haver e reivindicação de verbas nacionais de solidariedade pelos impactos acrescidos das medidas nacionais (à semelhança do que aconteceu para cobertura dos danos associados ao furacão Lorenzo), que no entender de Mário Fortuna, é um antecedente de boas práticas e assim deve ser agora.

Região deve endividar-se a título excepcional

Também defendem o aumento do endividamento da Região, através de empréstimo do Tesouro com taxa de juro nula, pois no entender de Mário Fortuna, esta não deve ser a regra, mas sim a exceção para este tempo extraordinário que vivemos.

Os parceiros também colocam numa posição de exceção a companhia aérea açoriana, defendendo o saneamento, com ajudas de Estado próprias, assistido pela UE, do Grupo SATA.

Também defendem que deve haver pagamento a pronto de todos os contratos de aprovisionamento do sector público e de todos os trabalhos de empreitadas de obras públicas.



Parceiros sociais em conferência de imprensa via skype

No actual quadro excepcional, mais do que nunca se exigem medidas excepcionais de apoio às empresas e ao emprego, que lhes permitam, num quadro totalmente fora do que era conhecido, cumprir com o seu papel e responsabilidade social, salvaguardando-se assim o tecido produtivo regional, os postos de trabalho e os rendimentos do trabalho, que tornem possível manter a capacidade produtiva a um nível razoável, de forma a responder a uma rápida e desejável retoma económica regional, referem os parceiros sociais no manifesto.

Alexandra Bragança, Presidente da AICOPA, lembrou, por seu turno, que a construção civil é um sector importante para a economia dos Açores e que neste momento não vê grandes perspectivas no seu futuro, nem a curto nem a médio-prazo.

Referiu que algumas medidas que têm sido adoptadas pelo Governo da República e pelo Executivo açoriano não se aplicam ao sector. “O poder político entendeu que a construção civil, não sendo uma actividade essencial, devia continuar a laborar, certo é que não continua a laborar nas condições em que o fazia anteriormente”, refere Alexandra Bragança, garantindo que a AICOPA tem chamado à atenção dos governantes para quais as condicionantes específicas do sector e que não foram contempladas.

No que respeita projecções, a Presidente da AICOPA diz que tudo é incerto e não

se sabe qual a duração dos impactos derivados desta crise pandémica na saúde pública. Desconhece-se qual o impacto real depois desta crise passar, será que a economia vai ser suficientemente dinâmica para dar a volta por cima, questiona, questão extensiva se as empresas no final deste período vão ter condições para se reerguerem e manterem os seus postos de trabalho, para poder continuar a economia. A pergunta, que ficou é, se sim, em que condições e se não como se poderá ultrapassar?

Posição idêntica tem o Presidente da UGT-Açores, Francisco Pimentel, pois, como sublinhou, reiterando todo o discurso plasmado no Manifesto, é de que “sem empresas não há emprego”.

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores também manifestou a sua preocupação do que se passa ao nível da Agricultura açoriana, ainda vai estar o sector no final da pandemia, reconhecendo que este é um sector muito importante, embora não se consiga prever como tudo vai decorrer, certo é que vai haver abaixamento no consumo no se refere aos lacticínios, à carne e com reflexos até nas queijarias, por via da forte quebra no Turismo. Neste contexto, os bancos no entender de Jorge Rita têm um papel fundamental para colocar a economia a funcionar, dentro de alguma normalidade possível.